

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS CULTURAIS EM GOIÁS

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CECE) da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás promoveu a audiência pública sobre o tema “Financiamento das Políticas Culturais em Goiás”, a partir das 9h do dia 13 de novembro de 2018, no auditório Solón Amaral, desta Casa de Leis, sendo a presente ata uma síntese das principais intervenções. A audiência foi presidida por seu proponente, **Deputado Estadual Karlos Cabral**, que também preside a Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Junto ao mesmo, integraram a mesa: a Superintendente Executiva de Cultura, **Gyovana Carneiro**, representante da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte; o ator, diretor e produtor da “SemNome Cia de Teatro”, **Norval Berbari**; o Chefe do Núcleo de Fomento à Arte e Cultura da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, **Sacha Witkowski**. Outras autoridades presentes e palestrantes presentes: **Maneco Maraca**, diretor do “Circo Laheto”, **Felipe Nicking**, artista e diretor na “Catavento Companhia Circense” e **Du Oliveira**, representante da Associação de Cantores e Compositores do Estado de Goiás. Também esteve presente na audiência pública o **Deputado Estadual Virmondés Cruvinel**, vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A **Deputada Estadual Adriana Accorsi**, também titular da CECE, enviou representante, que justificou a ausência da parlamentar em decorrência da fase final de sua gravidez. O Deputado Karlos Cabral foi o primeiro a fazer o uso da palavra, saudando os presentes e informando que o evento estava sendo transmitido ao vivo pelas redes sociais e registrado oficialmente pela Casa. O parlamentar informou que a propositura da audiência pública adveio de provocações do setor cultural, em especial pelo atraso no pagamento do financiamento público estadual do segmento, sendo este o norte do evento. Informou o Deputado Karlos Cabral que pretende, com a audiência pública, reunir elementos e informações que propiciem uma interlocução com o atual governo, bem como junto ao governador eleito, para buscar uma solução para as demandas do setor cultural, em especial o financiamento pelo Erário Estadual. O presidente da CECE informou sobre a dinâmica da audiência, com o uso da palavra pelos palestrantes, seguido das intervenções do público e, por fim, os encaminhamentos. A primeira palestrante foi a Superintendente Executiva de Cultura, Gyovana Carneiro, representante da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte. A mesma saudou o público e destacou a importância de debater a temática, informando que tudo que é humanamente possível para viabilizar o financiamento tem sido feito por ela, por Sacha e pelo professor Flávio (atual Secretário de Estado de Educação, Cultura e Esporte). A superintendente informou que a Seduce cumpriu suas obrigações burocráticas e encaminhou as demandas para a Secretaria de Estado da Fazenda, onde hoje se encontram diversas outras demandas, além da ora em discussão. Ela

informou que está ao lado do setor cultural, defendendo não apenas os pagamentos pendentes, mas também a manutenção das políticas de fomento à cultura. Em seguida proferiu palestra Norval Berbari, diretor e produtor da “SemNome Cia de Teatro”. O mesmo saudou a mesa e o público e lamentou a ausência de representante da Secretaria da Fazenda, que disse afetar não só o setor cultural, mas também a sociedade. O artista em seguida leu texto de autoria coletiva contextualizando a situação da temática. Informou que a cultura é um dos menores dispêndios do Poder Público e que, em tempos de contenções, é um dos primeiros a ser cortado. O mesmo destacou que na vigente ordem constitucional a cultura é dever do Estado e direito do cidadão. O produtor informou que a Lei Goyazes, que dispõem de cerca de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ao ano, remonta ao ano 2000, sendo a Lei do Fundo de 2006, regulamentada em 2012, efetivamente implantada apenas em 2014. O mesmo informou que os atrasos já começaram em 2015, ainda com restos não pagos, sendo a mesma situação no ano seguinte e a quase totalidade não adimplida de 2017, destacando que no corrente ano o edital sequer foi lançado. O próximo a ministrar palestra foi Sacha Witkowski, chefe do Núcleo de Fomento à Arte e Cultura da Seduce. O mesmo saudou o público e destacou a importância de ter ele e a Gyovana Carneiro, ambos artistas, nas posições em que se encontram. Sua intervenção começou com a evolução histórica da legislação sobre cultura, desde 1872, em especial sobre os fundos de cultura. Por fim, sugeriu um marco regulatório da seara cultural no âmbito estadual. O mesmo forneceu dados sobre os quatro anos do fundo: 55 (cinquenta e cinco) editais; R\$ 108.000.000,00 (cento e oito milhões de reais) destinados, dos quais R\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões) ainda não foram pagos; 1.310 (mil trezentos e dez) projetos aprovados; o fundo atingirá agora 113 (cento e treze) cidades, embora haja uma concentração na Capital; 5.081 (cinco mil e oitenta e um) empregos diretos em 2017. Em seguida, o deputado Virmondes Cruvinel, vice-presidente da CECE, saudou todos e considerou oportuna a discussão, destacando a presença de artistas e da Academia, como por exemplo da Universidade Estadual de Goiás - UEG. Ainda, destacou a importância do momento, no qual se discute o orçamento estadual e ocorre a transição de governo. Sugeriu verificar em outras unidades federativas sua regulamentação legal da cultura para inspirar as políticas públicas goianas. O parlamentar se comprometeu com o segmento cultural. A seguir, Maneco Maraca, diretor circense, fez uso da palavra. O mesmo agradeceu e solicitou que os parlamentares presentes firmassem compromisso de defender o edital deste ano. O diretor afirmou que diante das dificuldades vividas pensou em abandonar um projeto que já existe há vinte e cinco anos, o que não fez em respeito aos jovens participantes, que inclusive estavam na plateia do auditório. Além disso, agradeceu o Deputado Karlos Cabral e comentou que entende que o combate à violência passa por investimentos na cultura e na educação e não ao se equipar o Estado com polícia e armamento. Defendeu a educação livre, assim como a educação formal. Felipe Nicking, artista e diretor na “Catavento Companhia Circense” falou em seguida.

Cumprimentou os presentes e, principalmente, os artistas presentes. O mesmo expôs acerca do direito à cultura, que remete à Revolução Francesa, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), passando pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e chegando à atual Carta Magna (1988). Na sequência, argumentou sobre o que é a cultura e sua relevância, defendendo a importância das manifestações artísticas e o direito social de fruí-las. Finalizou afirmando que um país e um estado sem cultura são fadados ao fracasso, a violência e a ignorância. A última palestra foi proferida por Du Oliveira, representante da Associação de Cantores e Compositores do Estado de Goiás. O mesmo criticou o presidente eleito que pretende acabar com o Ministério da Cultura. Acerca da pasta, destacou a gestão de Gilberto Gil, por seus avanços em políticas culturais. O mesmo informou que cerca de 4% (quatro por cento) do PIB advém da cultura, gerando empregos e movimentando a economia. Na sequência o público fez diversas participações, contribuindo com o debate. Devolvida a palavra à mesa, os palestrantes responderam às manifestações da plateia e fizeram suas considerações. Chegando ao final da audiência o Deputado Karlos Cabral, sintetizando as manifestações, identificou cinco eixos de encaminhamentos. O **primeiro**, por sua sugestão, foi a elaboração de um relatório construído com base na ata desta audiência pública, para que o mesmo fosse encaminhado à equipe de transição do governo eleito. O deputado se ofereceu para viabilizar a agenda e se colocou à disposição como interlocutor do setor cultural com o governador eleito. O **segundo** foi a realização da Conferência Estadual de Cultura, ainda que, eventualmente, sem apoio do Poder Executivo, ser promovida por esta Casa de Leis. O **terceiro** encaminhamento foi abrir uma consulta pública para a reforma dos marcos legais e para discutir o Plano Estadual de Cultura. O parlamentar propôs a criação da “CLC - Consolidação das Leis da Cultura”, nos moldes da CLT na seara laboral, substituindo diversas leis esparsas por uma consolidada, o qual ficará a cargo dos próximos membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. O **quarto** foi a criação de uma frente parlamentar da cultura, a partir da mobilização do respectivo setor e não de um parlamentar em específico, no intuito de acompanhar as demandas do setor cultural, em especial os pagamentos e legislação da área. O **quinto** e último foi a defesa da Lei Goyases e do Fundo de Cultura, bem como a evolução e avanço nos referidos instrumentos institucionais. O Deputado Karlos Cabral, que a presidiu a audiência pública, a encerrou formalmente.

Deputado Karlos Cabral

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Márcio Roberto da Costa Barbosa

Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte